

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.862	267.569
Impostos e contribuições sociais	5	504	574
Outros créditos	8	504	574
Total do Ativo Circulante		48.366	271.117
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	69.382	15.267
Tributos diferidos	6	3.959	1.410
Outros créditos	8	2.757	1.890
Imobilizado	9	1.401.301	359.846
Intangível	10	59.452	53.798
Total do Ativo Não Circulante		1.480.752	413.644
Total do Ativo		1.529.118	704.761

TOTAL DO ATIVO

1.529.118 704.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(7.541)	(4.075)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(7.541)	(4.075)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		51	78
Despesas financeiras		(7)	(151)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(7.497)	(4.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.549	1.410
Resultado líquido do exercício		(4.948)	(2.738)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	20		
Resultado básico/líquido por ação (realizações)		(0,06303)	(2,738/00000)
CV			

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado	1.047.109	370.020
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.047.109	370.020
(4) Insumos adquiridos de terceiros	(948.893)	(358.793)
Material	(384.103)	(49.307)
Serviços de terceiros	(435.829)	(298.798)
Outros custos operacionais	(128.291)	(8.690)
Valor adicionado bruto	98.256	13.225
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.757	19.283
Valor adicionado total a distribuir	113.013	32.508
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.506	2.782
Benefícios	420	150
FORTS	276	112
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.372)	(1.372)
Estaduais	34	377
Municipais	4	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	111.735	33.102
Aluguéis	242	91
Prejuízo do exercício	(4.948)	(2.738)
Total	113.013	32.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel), foi constituída em 16 de julho de 2013 como uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia está constituída sob forma de Sociedade por ações, com o objeto social de planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no Rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do bem público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2014 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Asegurada	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidrelétrica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 409,6 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seu negócio, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a UHE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.789 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$35.172 (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018
UG 5	01/09/2018

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações do Conselho de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6.1); Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1); e Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perda não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não circulantes, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede a teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitiu em julho de 2014 incluindo principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdidas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdidas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	13.234	950
Impostos e contribuições sociais	5	12.383	7.905
Debitários	12	644.723	471.946
Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	471.946	13
Provisões	15	49.980	38.320
Outras contas a pagar	8	1.846	1.708
Total do Passivo Circulante		1.196.112	48.983
Não circulante			
Debitários	12	558.710	558.710
Uso de bem público	14	35.172	29.754
Provisões	15	44.819	68.783
Outras contas a pagar	8	35	35
Total do Passivo Não Circulante		79.791	657.332
Capital social			
Prejuízos acumulados	16.1	317.000	(7.686)
Total do Patrimônio líquido		309.314	(2.738)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.585.217	703.427

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.497)	(4.148)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	29	(4.119)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(51.191)	(18.540)
Outros ativos operacionais	(997)	(2.264)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	12.284	950
Outros tributos e contribuições sociais	4.827	7.905
Provisões	(37.264)	(9.935)
Outros passivos operacionais	2.103	1.714
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(77.735)	(24.289)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(807.622)	(623.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(807.622)	(623.106)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	317.000	448.550
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	448.550	572.484
Amortização de debêntures	(45.000)	(45.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquidas de rendimentos sobre aplicação financeira	(17.480)	17.480
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	765.650	544.964
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(219.707)	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.862	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(219.707)	267.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
Aumento de capital - RCA 15/04/2015	75.000	75.000	75.000
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50.000	50.000	50.000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96.000	96.000	96.000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96.000	96.000	96.000
Prejuízo do exercício	-	(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 possa gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Instrumentos Financeiros com Características de Negocios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recursos

A Companhia em 15 de maio de 2015 firmou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$450.000. Em 15 de junho de 2015 houve o primeiro desembolso no valor de R\$263.650 e em 15 de outubro de 2015 ocorreu o desembolso do saldo remanescente no valor de R\$186.350. A operação possui garantia de fianças bancárias da EDP - Energia do Brasil, da China Three Gorges Brasil e de Furnas, proporcionais à participação de cada sócio no projeto. Os recursos estão sendo utilizados para a construção da UHE São Manoel, e terão impacto nos resultados de juros que variam entre TLP + 2,4% a.a. e SELIC + 1,7% a.a., dependendo do subproduto. O principal e os encargos do financiamento serão exigidos integralmente na data do vencimento, que será em 15 de junho de 2016.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	4.246	28.295
Aplicações financeiras - renda fixa	43.616	239.274
Total	47.862	267.569

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades financeiras razoáveis.

Essas aplicações financeiras referem-se a operações comprometidas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de pagas similares.

A posição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldos em	Saldos em
	Nota	31/12/2015
Ativos - Compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	-	9
PIS e COFINS	5.1	15.267
IRRF sobre aplicações financeiras	3.240	4.157
Outros	33	215
Total	18.540	51.191
Circulante		
Não circulante	15.267	15.267
Total	18.540	30.924
Passivo - a recolher		
ICMS	1	8.607
PIS e COFINS	6.98	27.463
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	5.98	19.818
Encargos com pessoal	1.928	140
Outros	7.905	56.377
Total	7.905	(51.550)
Circulante		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Partes relacionadas
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Passivo		Despesas				
		Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras	2015	2014	2014
Outras contas a pagar								
Contrato de prestação de serviços								
EDP - Energias do Brasil	Controladora 01/01/2015 em conjunto a 31/12/2018	1.965	759	(1.206)	(759)			
Compartmentamento de gastos com pessoal								
Energnet	Controlador comum			35	(35)			
Empréstimos								
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI								
EDP - Energias do Brasil	Controladora 07/07/2014 em conjunto a 06/07/2015	1.965	759	-	35 (1.206)	(794)	(29)	

a) **Contratos de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela holding EDP - Energias do Brasil S.A. para a Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc. O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

7.1 **Garantias**
As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 13.1 e 23.2.
7.2 **Controle conjunto**
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., a China Three Gorges Brasil Energias Ltda., anteriormente denominada CWE (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation e Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). Em 27 de julho de 2015, foi protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP a comunicação de alteração da denominação social de CWE (Brasil) Participações Ltda. para China Three Gorges Brasil Energias Ltda.
7.3 **Compromissos contratuais**
A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACRR junto a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - EDP Escelsa (controlada pela EDP - Energias do Brasil) no montante de 2,043 MWm com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2047, com preço de venda de R\$ 83,49/MWh.
7.4 **Remuneração dos administradores**
7.4.1 **Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015				2014			
	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Fiscal	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Número de membros (I)	3.00(*)	2.92(**)	2.00	2.00	3.00	2.00	3.00	3.00
Remuneração fixa (em R\$)	142.890	100%	1.243.243	82%	78.560	100%	1.574.363	85%
Salário no pró-labore	118.800		1.021.385		73.800		1.213.985	
Benefícios diretos e indiretos (II)	n/a		35.870	n/a	35.870		35.870	
Encargos sociais	23.790		285.988		14.760		324.508	
Remuneração variável (em R\$)	n/a		288.038	18%	n/a		288.038	15%
Bônus	n/a		225.028	n/a	225.028		225.028	n/a
Encargos sociais	n/a		63.008	n/a	63.008		63.008	n/a
Valor total da remuneração	142.890	100%	1.631.279	100%	88.560	100%	1.862.399	100%

(*) Das 9 posições do Conselho de Administração, apenas 3 membros são remunerados. Das 9 posições, 2 tomaram posse em setembro de 2015 quando o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE formalizou a autorização de trabalho no país. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$142.560,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.
(**) Até fevereiro de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros eram remunerados. A partir de março de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, 3 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros da Diretoria Estatutária é de até R\$1.681.880,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.
(***) Das 3 posições do Conselho Fiscal, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$88.560,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015.
(IV) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/02/2015, que corresponde a média dos membros remunerados. Esta média contempla o benefício de membros.
(V) Foram considerados os benefícios de Vale Alimentação, Medicamentos, Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.
7.4.2 **Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios fimos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015			2014		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros (*)	3,00	2,92	2,00	3,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	47.520	680.565	44.280	63.360	270.000	33.825
Valor da menor remuneração individual	47.520	680.565	44.280	31.880	46.056	61.50
Valor médio da remuneração individual	47.520	558.657	44.280	39.600	251.288	27.890

(*) Refere-se a quantidade média de membros no exercício.

12 Debêntures
12.1 **Composição do saldo de Debêntures**

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade emitida	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015		31/12/2014	
										Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante
Proteção S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	CVM nº 476/09	53.200	10	532.000	15/07/2014 a 15/01/2016	Investimento na CDL parcela única no final	11,5%	Principal e juros em CDI	Garantias Circulante	112.939	532.000	644.939	29.510
(*) Custos de emissão											(216)	(216)	(2.800)
Total										112.939	531.784	644.723	29.510

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 **Mutação das debêntures no exercício**

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015
Juros	-	-	31.964	-	112.939
Custo de transação	-	-	(2.800)	2.584	(216)
Não circulante		80.975	561.164		644.723
Principal	532.000	-	(532.000)	-	532.000
Juros	29.510	2.454	(31.964)	-	64.723
Custo de transação	-	-	2.800	-	(216)
Total	558.710	2.454	(561.164)		

12.3 **Vencimento das parcelas de Circulante**

Circulante	Vencimento	
	2016	644.723
Total		644.723

A emissão da Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com estornos restritos.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 **Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015		Total
								Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	
BNDES - Subordeto A	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/06/2016	Investimentos para construção da UHE São Manoel	TJLP + 2,4%	Principal e juros no vencimento	2.341	230.993	233.334
(-) BNDES - Custos de Transação	-	-	(675)	15/05/2015 a 15/06/2016	-	-	-	-	(338)	(338)
BNDES - Subordeto B	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/06/2016	Investimentos para construção da UHE São Manoel	SELIC + 1,7%	Principal e juros no vencimento	14.288	225.000	239.288
(-) BNDES - Custos de Transação	-	-	(675)	15/05/2015 a 15/06/2016	-	-	-	-	(338)	(338)
Total								16.629	455.317	471.946

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 **Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Juros provisionados	Juros Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Juros	-	-	-	(5.316)	-	13	16.629
Custo de transação	-	(1.350)	-	-	674	(676)	(702)
Não circulante		185.000	21.932	(263.650)	674	690	471.946
Principal	263.650	-	-	(263.650)	-	-	263.650
Juros	263.650	-	-	(263.650)	-	-	263.650

13.3 **Vencimento das parcelas de Circulante**

Circulante	Vencimento	
	2016	471.946
Total		471.946

14 Uso do bem público

O uso do bem público - UBP é um direito de uso decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).
O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, para a LI representada o valor necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.
O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e contabilizado em contrapartida do intangível (Nota 10) no momento inicial de reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.
Segue abaixo movimentação no período:

Não circulante	Uso do bem público	Saldo em 31/12/2014	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015
		29.754	(3.581)	8.999	35.172

15 Provisões

Licenças ambientais	Total	Circulante		Não circulante	
		Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
	15,1	49.990	38.320	44.619	68.783
		49.990	38.320	44.619	68.783
Total		107.103	6.876	(37.264)	11.625

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são provisionadas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
15.1 **Licenças ambientais**
O montante de R\$94.599 (R\$107.103 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias e de instalação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Instalação - LI nº 1.017/2014 foi emitida em 14 de agosto de 2014 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a Companhia à executar as obras de construção da UHE São Manoel, formando um reservatório com área aproximada de 63,96 km².
Estes custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Do saldo provisionado em sua maioria, está representado pelos valores do meio socioeconômico que representam o montante de R\$63.098. Dentre as ações que incluem os valores do meio socioeconômico destacam-se o monitoramento da atividade garimpeira, indenizações e remanejamentos das populações locais e obras de reforço de infraestrutura e saúde. O reconhecimento desses custos ocorreu em contrapartida ao intangível, sendo, portanto, tratados como custo de usina e registrados na rubrica Reservas, barragens e adutoras, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEL.
A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de sua expiração.
O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Licenças ambientais	Circulante	Não circulante	Total	Saldo em 31/12/2014	Adições	Realizações	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2015
68.783	-	-	68.783	-	-	-	-	-	-	68.783
Total	107.103	6.876	(37.264)	11.625						107.103

15.2 **Provisões civis, fiscais e trabalhistas**
A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.
Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São situações monetariamente mensuradas, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Outros créditos - Ativo	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas pagas antecipadamente	23,2	418	563	791	1.690
Cauções e depósitos vinculados				1.966	
Outros		86	11		
Total		504	574	2.757	1.690
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartmentamento/Serviços entre partes relacionadas	7	1.965	759		35
Obrigações sociais e trabalhistas		1.714	844		
Outros		187	105		
Total		3.846	1.708		35

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento.
De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e da Resolução CFC nº 1.358/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.
Para o exercício fimo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido dos ativos recuperável e portanto não há necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9.1 Mutação do imobilizado

Imobilizado em curso	Terrenos <th rowspan="2">Reservatórios, barragens e adutoras <th rowspan="2">Edificações, obras civis e benfeitorias <th rowspan="2">Máquinas e equipamentos <th rowspan="2">Adiantamento a fornecedores <th rowspan="2">Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th> </th></th></th></th></th>	Reservatórios, barragens e adutoras <th rowspan="2">Edificações, obras civis e benfeitorias <th rowspan="2">Máquinas e equipamentos <th rowspan="2">Adiantamento a fornecedores <th rowspan="2">Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th> </th></th></th></th>	Edificações, obras civis e benfeitorias <th rowspan="2">Máquinas e equipamentos <th rowspan="2">Adiantamento a fornecedores <th rowspan="2">Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th> </th></th></th>	Máquinas e equipamentos <th rowspan="2">Adiantamento a fornecedores <th rowspan="2">Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th> </th></th>	Adiantamento a fornecedores <th rowspan="2">Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th> </th>	Outros <th colspan="2">31/12/2015</th> <th colspan="2">31/12/2014</th>	31/12/2015		31/12/2014	
							Valor líquido em 31/12/2015	Adições	Valor líquido em 31/12/2015	Adições
	827	1.025	1.852				244.824	572.272	2.211	4.668
				24.088	86.570		40.478	38.274		112.658
				43.624	233.382					277.006
				3.794	7.483				97.371	176.723
										11.277
Total do imobilizado em curso							359.846	944.084	97.371	1.401.301

9.1.1 Ingressos

Construção UHE São Manoel
A Companhia celebrou, em 17 de fevereiro de 2014, um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn-key* pleno com um contrato constituído pelas empresas CONSTRUTORA S.A. Construções e Comércio e LTC Engenharia S.A., para a construção da UHE São Manoel. A construção da UHE São Manoel tem previsão de acordo com o cronograma previsto e o investimento total previsto para o final de R\$1.122 milhões. A Licença de Instalação - LI do projeto foi emitida em julho de 2014 e as obras foram iniciadas em agosto de 2014 com conclusão da 5ª unidade geradora prevista para setembro de 2018.

10 **Intangível**
Os ativos int

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Imposto de renda e contencioso social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, independentemente de serem passivos convertíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluidor sobre o resultado por ação de exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi ajustado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(7.497)	(4.148)
Alíquota	34%	34%
Resultado de IRPJ e CSLL	2.549	1.410
Alíquota efetiva	34%	34%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. O exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos convertíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluidor sobre o resultado por ação de exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi ajustado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(4.948)	(2.738)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	78.501	1
Resultado básico e diluído por ações (realização)	(0,06303)	(2,738.0000)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando controle líquido, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatório de risco disponibilizado à Administração.

Com base nas análises periódicas constantes nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de risco, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais dos instrumentos financeiros vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP, com o objetivo de efetuar avaliações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos em essas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos é realizada com o apoio de uma política de aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política inclui um sistema operacional, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos Instrumentos financeiros.
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o perfil de risco documentado na Política Operacional. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Empréstimos e recebíveis em moeda nacional.**
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, menos o custo acumulado de juros efetivos, decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

• **Outros ao custo amortizado.**
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável e impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros			Valor justo	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil

Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa 4
Aplicações financeiras 4
Empréstimos e recebíveis 4
Bancos conta movimento

Passivos financeiros
Outros ao custo amortizado 11
Fornecedores 11
Debêntures 12
Empréstimos e financiamentos 13
Moeda nacional 13
Uso do bem público 14
Outras contas a pagar - Partes relacionadas 8

21.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam similaridade com instrumentos financeiros negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente desses contratos possuírem características próprias.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude dessas operações apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação as taxas de juros praticadas no mercado de curto prazo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base sempre que disponível informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentados nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,0% a.a. que representa a taxa anual de captação de recursos para a construção do empreendimento.

21.2.1 Mensuração a valor justo
O hierarquizado dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos líquidos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada à mensuração por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual baseada no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, câmbio, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação, mais alto é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

21.2.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos negativos às atividades dos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros período.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de risco financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados nas notas 12 e 13 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI, TLP e SELIC.

Devese considerar que a Companhia está sujeita à oscilação da taxa SELIC, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelada a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado é o custo de oportunidade do capital, os contratos I e II com 25% e 80% de aumento de risco, respectivamente, são recursos captados por meio desta emissão foram integralmente destinados ao pagamento das debêntures da sua 1ª emissão, cujo vencimento ocorreu em 15 de janeiro de 2016.

Operação	Risco	Ação econômica provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Até 1 ano	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.490	11.490	2.873	5.745	2.873	5.745	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	11.490	11.490	2.873	5.745	2.873	5.745	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)	(8.745)
Debêntures	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	(812)	(1.601)	840	1.705	840	1.705	840	1.705
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	(812)	(1.601)	840	1.705	840	1.705	840	1.705
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(10.342)	(10.342)	(872)	(2.919)	(872)	(2.919)	872	2.919	872	2.919	872	2.919
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(10.342)	(10.342)	(872)	(2.919)	(872)	(2.919)	872	2.919	872	2.919	872	2.919
Empréstimos e financiamentos - BNDES	SELIC	(16.099)	(16.099)	(3.621)	(7.242)	(3.621)	(7.242)	3.621	7.242	3.621	7.242	3.621	7.242
Instrumentos financeiros passivos	SELIC	(16.099)	(16.099)	(3.621)	(7.242)	(3.621)	(7.242)	3.621	7.242	3.621	7.242	3.621	7.242

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Danusso de Almeida Semprine Presidente	Claudio Guilherme Branco da Motta Conselheiro	Caio Pompeu de Souza Brasil Conselheiro	Antônio Ferreira da Costa Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Luz Otávio Assis Henriques Conselheiro	João Antonio Pinheiro Samuel Mairesles Conselheiro	Ynsheng Li Conselheiro
Luz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luz de Castro Pereira Diretor	Antonio Geraldo Pinto Maia Diretor	Elisa Saeko Ishizuka Turci Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade
Felipe Hô Jung Kim Conselheiro	Fernando B. R. Oliveira Conselheiro	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Conselheiro	Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964-0 - S° RJ

DIRETORIA

Ns, membros do Conselho Fiscal da Empresa de Energia São Manoel S.A., em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2016, no pressuposto de que não ocorrerá modificação pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarmos que retan a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitirmos parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2015, na forma ora apresentadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas
Empresa de Energia São Manoel S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e SELIC estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a.; e CDI e SELIC entre 10,75% e 15,75% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 13.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	11.295	1.380	559			13.234
Empréstimos	644.723					644.723
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			471.946	7.251	27.921	471.946
Uso do bem público						35.172
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.965					1.965
	13.260	646.103	472.505	7.251	27.921	1.167.040

21.2.1 Vencimento antecipado de dívidas
A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionada ao risco de liquidez e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece em descrições individuais na nota 12. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 23) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias consistem em garantias de cobertura de caixa e liquidez que conformam os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

21.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL
Em 31 de dezembro de 2015, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$1.147.746 (R\$222.533 positivo em 31 de dezembro de 2014). O capital circulante negativo deve-se, principalmente, aos Empréstimos (Empréstimos junto ao BNDES e Debêntures) contratados para atender às necessidades dos investimentos durante a fase de construção da UHE São Manoel e a capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilização no valor de R\$109.309. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

O financiamento de longo prazo encontra-se enquadrado no BNDES e as condições do financiamento de longo prazo estão em análise pelo órgão. Parte dos recursos contratados serão destinados à quitação dos empréstimos-portes vigentes, revertendo assim a situação de capital circulante negativo da Companhia. A Companhia realizou a 2ª emissão de Debêntures no valor total de R\$532.000, cujos recursos foram recebidos durante o mês de janeiro de 2016 (Nota 25.1).

21.2.3 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de risco financeiro são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de risco. Essas estratégias incluem a periodicidade definidas. A relação dos covenants por contrato aparece em descrições individuais na nota 12. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants contratuais foram atendidos em sua plenitude.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que faturem possa gerar prejuízos materiais.

22 Transações não envolvendo caixa
Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.
No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) provisão para custos com a licença ambiental no mobilização no valor de R\$24.760; (ii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilização no valor de R\$120.023; e (iii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilização no valor de R\$109.309. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

23 Compromissos contratuais e Garantias
23.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.
Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços relacionados à construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	2016	2017 a 2018	Total geral	31/12/2014
Responsabilidade com locações operacionais	81	80	161	
Materiais e serviços	496.873	958.262	1.455.135	1.910.709
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	31.696	958.342	1.486.992	1.985.824

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de crescimento, e não estão ajustados a valor presente.

	2016	2017 a 2018	Total geral	31/12/2014
Responsabilidade com locações operacionais	418.272	819.679	1.237.951	1.884.018
Materiais e serviços	30.278	90.278	30.278	69.080
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	448.626	819.763	1.268.389	1.953.098

23.2 Garantias
Forma de garantia oferecida
Tipo de garantia oferecida
Fluência corporativa
Seguro garantia

	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Fluência Bancária	Debêntures	429.916	374.330
Fluência corporativa	Empréstimos e financiamentos	472.622	
Seguro garantia	Executante construtor	80.253	114.648
		1.187.814	676.158

O seguro garantia tem por objetivo garantir a execução da obra de construção da UHE São Manoel, sendo uma exigência quando da participação da Companhia em licitação para construção da UHE São Manoel.

24 Cobertura de seguros
A Companhia mantém aplicadas de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por meio de contratos de seguros de Engenharia (Usinas) compreendendo todo o período da obra (de 01 de julho de 2014 até provisão de 28 de fevereiro de 2016) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentre os itens segurados, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos, erros de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos, manutenção ampla, desmonte, tumultos, honorários de peritos, despesas de salvamento e contenção de sinistros.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia, os respectivos contratos e subcontratos, que estão sujeitos a condições e termos de cobertura de seguros são:

	31/12/2015	Limite máximo de indenização	31/12/2014	Limite máximo de indenização
Subestações				
Usinas	2.147.773	2.147.773	2.147.773	2.147.773
Atmosféricas	60.000	60.000	50.000	50.000
Responsabilidade civil	1.600	1.600	1.600	1.600
Transportes (veículos)	6.148			